

BR Towers SPE1 S.A.

Demonstrações financeiras em
30 de setembro de 2013

Conteúdo

Relatório de revisão dos auditores independentes	3
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Demonstração do valor adicionado	10
Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias	11



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório de revisão dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas da
BR Towers SPE1 S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da BR Towers SPE1 S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

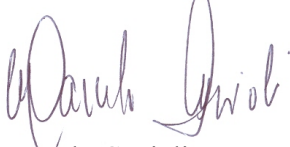
Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes

As informações contábeis intermediárias, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 apresentada para fins de comparação foram anteriormente auditadas, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram relatórios datados em 25 de julho de 2013, respectivamente, que não contiveram qualquer modificação.

São Paulo, 14 de novembro de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

BR Towers SPE1 S.A.**Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012***(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012	Passivo e patrimônio líquido	Nota	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Caixa e equivalentes de caixa	5	20.706	9.179	Fornecedores		676	1.176
Contas a receber de clientes	6	6.714	4.965	Salários e encargos a recolher		-	389
Impostos a recuperar		102	28	Impostos a recolher		689	680
Outras contas a receber		-	14	Empréstimos e financiamentos	9	12.375	6.828
Total do ativo circulante		<u>27.522</u>	<u>14.186</u>	Contas a pagar a partes relacionadas	10	452	10
				Outras contas a pagar		<u>432</u>	<u>-</u>
Aplicação financeira em garantia	7	2.007	1.898	Total do passivo circulante		<u>14.624</u>	<u>9.083</u>
Intangível		2	2				
Imobilizado	8	<u>509.433</u>	<u>526.698</u>	Empréstimos e financiamentos	9	238.355	242.424
Total do ativo não circulante		<u>511.442</u>	<u>528.598</u>	Provisão para desmobilização	11	<u>30.755</u>	<u>30.755</u>
				Total do passivo não circulante		<u>269.110</u>	<u>273.179</u>
				Patrimônio líquido	13		
				Capital social		261.369	261.369
				Prejuízos acumulados		<u>(6.139)</u>	<u>(847)</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>255.230</u>	<u>260.522</u>
Total do ativo		<u>538.964</u>	<u>542.784</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>538.964</u>	<u>542.784</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BR Towers SPE1 S.A.

Demonstração do resultado

Período de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2013

(Em milhares de Reais)

		Trimestre atual	Acumulado do
		01/07/2013 a	atual exercício
	Nota	30/09/2013	01/01/13 a
			30/09/13
Receita operacional líquida	14	16.715	44.486
Custo dos serviços prestados	15	<u>(8.479)</u>	<u>(23.123)</u>
Lucro bruto		8.236	21.363
Despesas gerais e administrativas	16	<u>(3.757)</u>	<u>(6.718)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		4.479	14.645
Receitas financeiras	17	487	1.006
Despesas financeiras	17	<u>(7.715)</u>	<u>(20.943)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(7.228)</u>	<u>(19.937)</u>
Prejuízo do período		<u>(2.749)</u>	<u>(5.292)</u>
Prejuízo por ação do período/exercício (expresso em R\$ por ação)			
Prejuízo básico por ação		<u>(0,01)</u>	<u>(0,02)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BR Towers SPE1 S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Período de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2013

(Em milhares de Reais)

	Trimestre atual 01/07/2013 a 30/09/2013	Acumulado do atual exercício 01/01/13 a 30/09/13
Prejuízo do período	<u>(2.749)</u>	<u>(5.292)</u>
Total do resultado abrangente do exercício/período	<u><u>(2.749)</u></u>	<u><u>(5.292)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BR Towers SPE1 S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2012	1	(1)	-
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Saldo em 30 de setembro de 2012 (não revisado)	1	(1)	-
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Saldo em 01 de janeiro de 2013	261.369	(847)	260.522
Prejuízo do período	-	(5.292)	-5.292
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Saldo em 30 de setembro de 2013	<u>261.369</u>	<u>(6.139)</u>	<u>255.230</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BR Towers SPE1 S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013

(Em milhares de Reais)

	Acumulado do atual exercício 01/01/13 a 30/09/13
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Prejuízo do período/exercício	(5.292)
Ajustes de	
Depreciação	20.694
Juros sobre empréstimos e apropriação do custo da dívida	20.845
Rendimento de aplicação financeira de longo prazo	(109)
 Variações no capital circulante	
Variação de ativos	
Contas a receber de clientes	(1.749)
Impostos a recuperar	(74)
Outros	14
Variação de passivos	
Fornecedores	(500)
Salários e encargos a recolher	(389)
Impostos a recolher	9
Contas a pagar a partes relacionadas	442
Outros	432
	<hr/>
Caixa gerado pelas atividades operacionais	34.323
	<hr/>
Juros pagos	(19.367)
	<hr/>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	14.956
	<hr/>
Fluxos de caixa das atividades de investimento	
Aquisição de imobilizado	(3.429)
	<hr/>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(3.429)
	<hr/>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	
	<hr/>
	-
	<hr/>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	-
	<hr/>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	11.527
	<hr/>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período/exercício	9.179
	<hr/>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período/exercício	20.706
	<hr/> <hr/>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BR Towers SPE1 S.A.

Demonstração do valor adicionado

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013

(Em milhares de Reais)

	Acumulado do atual exercício 01/01/13 a 30/09/13
Receitas	49.020
Receitas de locações	49.020
	<hr/>
Insumos adquiridos de terceiros	2.442
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	2.442
	<hr/>
Valor adicionado bruto	46.578
Depreciação e amortização	20.694
	<hr/>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	25.884
	<hr/>
Valor adicionado recebido em transferência	1.006
Receitas financeiras	1.006
	<hr/>
Valor adicionado total a distribuir	26.890
	<hr/> <hr/>
Distribuição do valor adicionado	
Salários e encargos	3.244
Honorários de diretoria	-
Impostos, taxas e contribuições federais	4.534
Despesas administrativas	3.474
Despesas financeiras	20.943
Prejuízo do exercício	(5.292)
	<hr/>
Valor adicionado distribuído	26.903
	<hr/> <hr/>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A BR Towers SPE1 S.A. ("Companhia") foi constituída em 17 de agosto de 2011, tendo como objeto social a participação em outras sociedades, a comercialização de equipamentos e materiais necessários ou úteis à exploração de serviços de telecomunicações e empreendimentos imobiliários, e a administração por conta própria de bens imóveis.

A Companhia atualmente desempenha como atividade preponderante a cessão de uso de infraestrutura compartilhada para a indústria de Telecomunicações (aluguel de infraestrutura).

A Companhia é controlada diretamente pela BR Towers S.A. que detém 100% do capital social da Companhia.

Em 27 de setembro de 2012, a Companhia anunciou um investimento de R\$ 502.736 para aquisição de, aproximadamente, duas mil torres de uma operadora de telecomunicações no Brasil, investimento este que foi efetivado em 29 de outubro de 2012.

Em 23 de janeiro de 2013 foi realizada uma reorganização societária resultando na alteração da estrutura organizacional da Companhia. A reestruturação está descrita cronologicamente a seguir:

- A controladora BR Towers S.A. (anteriormente denominada Belmonte Participações S.A.) teve a sua razão social alterada para BRT Holding 1 S.A.
- Na mesma data, a BRT Holding 1 S.A. conferiu a totalidade de sua participação no capital social da Companhia, no capital social da BRT Holding 2 S.A.
- Em ato contínuo, a BRT Holding 2 S.A. conferiu a totalidade da participação no capital social da Companhia, no capital social de uma nova companhia denominada BR Towers S.A. Alinhado com essa reestruturação, parte substancial das obrigações administrativas e trabalhistas que estavam concentradas na Companhia foram conferidas à controladora direta BR Towers S.A. que absorveu toda a estrutura corporativa, gerindo os gastos mensais e rateando-os proporcionalmente entre as suas subsidiárias operacionais.

Com a reestruturação, a administração define a estrutura societária do Grupo BRT.

2 Base de preparação

2.1 Base de mensuração

2.2 Declaração de conformidade

As presentes informações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 14 de novembro de 2013.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras das estão incluídas a seguir:

- determinação do arrendamento financeiro operacional.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas notas explicativas:

- Nota 8 – Imobilizado
- Nota 11 – Provisão para desmobilização

2.5 Apresentação de informações por segmentos

A Companhia atua em único segmento operacional e tem como atividade preponderante a prestação de serviços para a indústria de Telecomunicações (aluguel de infraestrutura).

3 Principais políticas contábeis.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Transações em moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos".

3.2 Arrendamentos

Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia não transfere os riscos e benefícios inerentes a propriedade para o arrendatário são classificados como arrendamentos operacional.

3.3 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Administração da Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros como Empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação e que são prontamente convertidos em montante conhecido de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não detém instrumentos financeiros derivativos em aberto 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

3.4 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber por aluguel de torres de transmissão e *roof tops* para telefonia celular no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

3.5 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial, menos a amortização acumulada, quando aplicável, e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("*Impairment*").

Softwares

Os softwares apresentam vida útil de 3 a 5 anos e são amortizados por este mesmo período pelo método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de amortização, na vida útil ou no valor residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

3.6 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescidos dos custos de desmobilização, conforme determina o CPC 27 - "Ativo Imobilizado", deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Os custos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item de ativo imobilizado tem vida útil diferente, eles são registrados como itens individuais (componentes principais) de ativo imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item de ativo imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do ativo imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

	Anos
Torres e <i>roof tops</i>	15-25
Computadores e periféricos	5
Equipamentos de comunicação	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.7 Redução ao valor recuperável - Impairment

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Em 30 de setembro de 2013 não havia qualquer indicação de perda no valor recuperável de ativos.

3.8 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

3.9 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data do balanço.

3.10 Provisão para desmobilização

A provisão é realizada tendo como base os custos estimados a incorrer na desmobilização de torres e *roof tops* instalados em imóveis alugados de terceiros, de forma a registrar a melhor estimativa, a valor de mercado, do montante de recursos necessários, conforme determina o CPC 27 - "Ativo Imobilizado" e ICPC 12 - "Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares".

A Companhia efetua o cálculo da estimativa para amortização da provisão de desmobilização tendo como base os estudos realizados por seus engenheiros e especialistas, que levam em consideração dados da indústria e estimativas do período de desmobilização das torres e *roof tops*. O valor registrado representa o valor atual dos custos estimados para desmobilização.

Alterações subsequentes na estimativa do custo de desmobilização são reconhecidas contra o ativo subjacente.

3.11 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

3.12 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da locação das torres e *roof tops* no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita mensalmente tendo como base a utilização, pelo locatário, dos espaços locados pela Companhia, e quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, quando for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade, e quando critérios específicos tiverem sido atendidos.

A receita de arrendamento é linearizada pelo prazo do contrato de arrendamento.

Em 30 de setembro de 2013 78% das receitas da Companhia estavam concentradas em um único cliente.

3.13 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.14 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variação cambial. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e variação cambial. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

3.15 Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

3.16 **Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Algumas normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB ainda não foram incorporadas ao conjunto de pronunciamentos emitidos pelo CPC. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009)

O IFRS 9 (2009) introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob IFRS 9 (2009) ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. IFRS 9 (2010) introduz adições em relação aos passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperação de ativos financeiros e contabilidade de *hedge*.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a esta norma.

4 **Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Caixa e equivalentes de caixa

É apurado por referência aos seus preços de fechamento apurado na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Contas a receber e outros créditos

A Companhia entende que o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras reflete o valor justo.

Fornecedores e outras contas a pagar

A Companhia entende que o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras reflete o valor justo.

Contas a pagar (Partes relacionadas)

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Bancos	39	42
Aplicações financeiras	20.667	9.137
	<u>20.706</u>	<u>9.179</u>

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a debêntures compromissadas de bancos de primeira linha remunerada a taxa de 102% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), resgatáveis em até 90 dias.

6 Contas a receber de clientes

O contas a receber de clientes refere-se substancialmente a locação de torres e *roof tops* de telecomunicações para o cliente Vivo S.A., assim como receitas de compartilhamento e locação de solo para outras operadoras de telecomunicação.

Em 30 de setembro de 2013 o valor do contas a receber era de R\$ 6.714 (em 31 de dezembro de 2012 o saldo era de R\$ 4.965), e desse montante, R\$ 6.320 foi recebido em outubro de 2013. A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil do contas a receber.

A Companhia não mantém nenhum título como garantia de contas a receber. Não há valores vencidos em aberto no contas a receber.

7 Aplicação financeira em garantia

A Companhia efetuou aplicação em fundo de investimento com remuneração de 103% ao ano do rendimento do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Essa aplicação financeira foi efetuada como depósito caução para garantia de fiança em favor do Banco Santander S.A., como parte do financiamento contraído, através da emissão de debêntures, com a referida instituição bancária por meio de debentures. De acordo com as cláusulas de *covenants*, a Companhia deve manter saldo médio em aplicação financeira até seu vencimento em 2014. Essa garantia respeita a cláusula de *covenants*, conforme descrito na Nota 9.

8 Imobilizado

Custo	Torres e Roof tops	Computadores e periféricos	Equipamentos de comunicação	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2012	-	-	-	-
Aquisições	502.903	20	8	502.931
Custo de desmobilização	30.755	-	-	30.755
Em 31 de dezembro de 2012	<u>533.658</u>	<u>20</u>	<u>8</u>	<u>533.686</u>
Adições	3.377	46	6	3.429
Em 30 de setembro de 2013	<u><u>537.035</u></u>	<u><u>66</u></u>	<u><u>14</u></u>	<u><u>537.115</u></u>
Depreciação	Torres e Roof tops	Computadore s e periféricos	Equipamentos de comunicação	Total
Saldo inicial em 1 de janeiro de 2012	-	-	-	-
Adições	(6.987)	(1)	-	(6.988)
Em 31 de dezembro de 2012	<u>(6.987)</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>(6.988)</u>
Adições	(20.682)	(11)	(1)	(20.694)
Em 30 de setembro de 2013	<u><u>(27.669)</u></u>	<u><u>(12)</u></u>	<u><u>(1)</u></u>	<u><u>(27.682)</u></u>
Valor contábil	Torres e Roof tops	Computadores e periféricos	Equipamentos de comunicação	Total
Em 1º de janeiro de 2012	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2012	519.684	18	8	526.698
Em 30 de setembro de 2013	509.366	54	13	509.433

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 27, a Companhia realiza periodicamente avaliação da vida útil de seus ativos imobilizados. Não ocorreu nenhuma mudança significativa nas circunstâncias em que as estimativas foram baseadas, de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada.

9 Empréstimos e financiamentos

	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Empréstimos de curto prazo	12.375	6.828
Empréstimos de longo prazo	<u>238.355</u>	<u>242.424</u>
	<u>250.730</u>	<u>249.252</u>
Movimentação do empréstimo		
Saldo inicial	249.252	-
Valor principal – captação	-	244.870
Juros apropriados no período/exercício	20.300	4.382
Pagamento de juros	(19.367)	-
Apropriação do custo da dívida	<u>545</u>	<u>-</u>
Valor final	<u>250.730</u>	<u>249.252</u>

Em 26 de outubro de 2012, a Companhia realizou a primeira emissão de debêntures simples no valor de R\$ 244.870, sendo como custo de captação R\$ 6.498, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. A Companhia captou o recurso com o Banco Santander, Banco do Brasil e Banco Votorantim por meio de integralização de debêntures, a um custo de CDI + 3,4% a.a., com um ano de carência de principal, sendo que a última parcela será paga em 26 de outubro de 2022. Esse recurso foi utilizado para o financiamento de 50% (cinquenta por cento) do valor referente à aquisição, de 895 torres e 1.017 *roof tops* de telecomunicações de propriedade da Vivo S.A. São garantias dessa operação: (a) alienação fiduciária de 100% das ações da Companhia; e (b) cessão fiduciária dos direitos de crédito da Companhia. Os saldos de empréstimos de curto prazo compreendem os valores a serem liquidados no prazo de 12 meses.

Em 2013 foi efetuada amortização parcial do empréstimo no valor de R\$ 19.367. Até o mês de setembro de 2013 a amortização parcial do empréstimo ocorrerá a cada trimestre, somente com pagamento dos juros. A partir do mês de outubro de 2013, a amortização ocorrerá mensalmente com o pagamento do juros correspondente ao período mais uma parcela do principal.

a. Cláusulas contratuais - *covenants*

As debêntures emitidas pela Companhia possuem cláusulas contratuais de *covenants* que exigem determinadas condições como não efetuar novos investimentos não relacionados com a aquisição de novas torres e *roof tops* ou não relacionados à operação ou manutenção das torres e *roof tops* e não conceder empréstimos para coligadas, controladas, controladoras ou partes relacionadas, sem que haja anuência prévia dos debenturistas.

A Companhia deve cumprir as seguintes obrigações financeiras como: (i) alavancagem máxima da Companhia, calculada ao final de cada ano, para o quociente obtido da divisão da dívida líquida pelo EBITDA anual; tais quocientes não deverão ultrapassar: 7,0x para o ano fiscal 2013; 6,0x para o ano fiscal 2014; 5,0x para o ano fiscal 2015; 4,5x para o ano fiscal 2016; 3,5x para o ano fiscal 2017 e 3,0x para o ano fiscal 2018 e para os anos subsequentes; (ii) limite

mínimo determinado para índice de cobertura do serviço da dívida mínimo deverá ser respeitado durante toda a vigência das debêntures; e (iii) proibição de qualquer distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio até 26 de outubro de 2013; limitado a 25% do lucro líquido anual.

A Companhia está atendendo as obrigações previstas e requisitos para cumprimento das cláusulas contratuais - *covenants*.

b. Custos de transação

Os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da contratação das debêntures no montante de R\$ 6.498 estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido das debêntures, conforme determinado pelo CPC 08 (R1), para evidenciação do valor líquido recebido. Os encargos financeiros da dívida são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo de vencimento das debêntures, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

O montante amortizado do custo de transação para o exercício foi de R\$ 545 (em 31 de dezembro de 2012 não ocorreram amortizações).

10 Partes relacionadas

	2013	2012
Passivo circulante - BR Towers S.A.	452	10

O saldo de partes relacionadas refere-se ao montante líquido entre valores a pagar e a receber da controladora BR Towers S.A., por conta de despesas incorridas entre essas entidades, que são alocadas mediante critério de rateio previamente definido pela controladora, aplicado de maneira uniforme.

Com a reestruturação societária e organizacional mencionada na Nota 1, o Grupo BR Towers concentra os custos e despesas denominados “corporativos” na controladora que os repassa para suas subsidiárias.

Em 30 de setembro de 2013, o critério de rateio seguido pelo Grupo BRT, foi assim determinado: (i) alocação direta dos salários e encargos para as respectivas subsidiárias de acordo com a alocação do efetivo operacional; (ii) rateio dos demais custos e despesas entre as subsidiárias e controladora de acordo com a proporção percentual do salário nominal do pessoal operacional entre as Companhia do Grupo BRT; e (iii) alocação de total de gastos com o pessoal alocado às atividades corporativas entre a controladora, a Companhia e demais subsidiárias do Grupo BRT mediante percentual estimado de dedicação das atividades corporativas face a demanda de alocação.

a. Remuneração do pessoal-chave

Pessoal-chave da administração inclui a presidência e toda a diretoria que juntos recebem uma remuneração mensal fixa paga pela Companhia no montante de R\$ 180.

b. Benefício pós-emprego

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para a diretoria ou membros do Conselho de Administração.

11 Provisão para desmobilização

Os contratos entre a Companhia e os locatários dos espaços nos quais as torres e *roof tops* estão instalados, prevêm que os custos de desmontagem e remoção dos itens e que a restauração do local é de responsabilidade da Companhia.

Dessa maneira conforme estabelecido no CPC 27, a Companhia constituiu uma provisão para desmobilização tendo como base as estimativas de custos de desmobilização de torres e *roof tops* que leva em consideração os estudos realizados por engenheiros da Companhia e especialistas externos e quantidade de torres e *roof tops* em 30 de setembro de 2013, e que refletem o custo presente da obrigação.

12 Contingências

A Companhia não é parte envolvida em quaisquer processos, de natureza trabalhista, tributária ou cível, que devam estar registrados ou divulgados nas demonstrações financeiras encerradas em 30 de setembro de 2013.

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 o capital social está representado por 261.368.800 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 25 de outubro de 2012, foi aprovado aumento do capital social, por subscrição privada, no valor de R\$ 261.368, mediante a emissão de 261.368.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação calculada de acordo com a legislação em vigor. As ações emitidas foram totalmente subscritas e integralizadas, nesta data.

b. Reservas

A Companhia apropriará, conforme definido pela legislação societária, 5% do lucro líquido anual para reserva legal, sendo limitada a 20% do capital social.

c. Dividendos mínimos obrigatórios

O dividendo mínimo obrigatório estabelecido no Estatuto Social da Companhia é de 25%, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, depois de atendidas as disposições legais, o saldo remanescente do lucro líquido será distribuído entre os acionistas, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral.

14 Receita operacional líquida

Nove meses
findos em 30 de
setembro de 2013

Receitas de locação de torres e <i>roof tops</i> - (fiscal)	49.020
Impostos sobre receitas de locação	<u>(4.534)</u>
Receita operacional líquida – (contábil)	<u><u>44.486</u></u>

15 Custos dos serviços prestados

	Nove meses findos em 30 de setembro de 2013
Encargos de depreciação (Nota 9)	20.682
Manutenção e aluguel de solo	<u>2.441</u>
Custos das locações	<u>23.123</u>

16 Despesas gerais e administrativas

	Nove meses findos em 30 de setembro de 2013
Salários, encargos e provisão de participação nos resultados (i)	3.244
Serviços jurídicos	420
Viagens e estadias	153
Despesas tributárias	100
Despesas administrativas	147
Serviços de consultoria	2.155
Despesa de benefícios a empregados	196
Despesas com aluguel	167
Custos de publicações	123
Encargos de depreciação e amortização	<u>13</u>
Despesas gerais e administrativas	<u>6.718</u>

- (i) As despesas com salários, encargos e provisões são alocadas na Companhia de acordo com os critérios de rateio de despesas do Grupo BRT descrito na Nota 10.

17 Resultado financeiro, líquido

	Nove meses findos em 30 de setembro de 2013
Despesas financeiras	
Juros sobre empréstimos	(20.297)
Outras	<u>(646)</u>
	(20.943)

Receitas financeiras

Rendimento de aplicações financeiras	1.005
Outros	<u>1</u>
	<u>1.006</u>
	(19.937)

18 Imposto de renda e contribuição social

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia possuía prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros nas condições estabelecidas pela legislação vigente, sem prazo de prescrição, no montante de R\$ 11.696 ambos. Em função de incertezas quanto à realização dos créditos tributários decorrentes do prejuízo fiscal e da base negativa acima mencionados, a Companhia não registrou os referidos créditos em seu balanço patrimonial.

19 Instrumentos financeiros

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados freqüentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, desenvolve um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia estabelece uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha recursos suficientes para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros podem impactar nos negócios da Companhia. A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas compras em uma moeda diferente da sua moeda funcional.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa	20.706	9.179
Contas a receber	6.714	4.965
Total	27.420	14.144

Risco de liquidez

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

2013	Valor Contábil	Até 1 ano	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	676	676	-	-
Empréstimos e financiamentos	250.730	12.375	72.317	166.038
Outras contas a pagar	432	432	-	-

Risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Valor contábil	
	2013	2012
Aplicações financeiras	20.667	9.137
Aplicações financeiras em garantia	2.007	1.898

Análise de sensibilidade

O montante de R\$ 250.730 (100% do total) dos empréstimos e financiamentos das Controladas estão indexados ao CDI. A Companhia estima que um aumento na taxa atual do CDI, 3,4% (aumento de 25% da taxa CDI atual) as despesas com juros teriam um incremento de R\$ 4.944. Caso o aumento do CDI na taxa base for de 50% a despesa de juros teria um incremento de R\$ 9.799.

Valor justo

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

Classificação dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, sendo que os valores contábeis são idênticos ao seu valor de mercado.

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas abaixo:

Descrição	30 de setembro de 2013		
	Empréstimos e recebíveis	Custos amortizados	Total
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	39	-	39
Aplicações financeiras	20.667	-	20.667
Contas a receber de clientes	6.714	-	6.714
Ativo não circulante			
Aplicação financeira em	2.007	-	2.007

30 de setembro de 2013			
Descrição	Empréstimos e recebíveis	Custos amortizados	Total
garantia			
Passivo circulante			
Fornecedores e contas a pagar com partes relacionadas	-	1.128	1.128
Empréstimos e financiamos	-	12.375	12.375
Outras contas a pagar	-	432	432
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamos	-	238.355	238.355

31 de dezembro de 2012			
Descrição	Empréstimos e recebíveis	Custos amortizados	Total
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	42	-	42
Aplicações financeiras	9.137	-	9.137
Contas a receber de clientes	4.965	-	4.065
Ativo não circulante			
Aplicação financeira em garantia	1.898	-	1.898
Passivo circulante			
Fornecedores e contas a pagar com partes relacionadas	-	1.186	1.186
Empréstimos e financiamos	-	6.828	6.828
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamos	-	242.424	242.424

20 Arrendamento operacional

No contrato de compra e venda das 1.912 torres e *roof tops*, firmado pela Companhia com a Vivo, a Companhia assume o compromisso de tornar-se a locatária, tão logo tenha sido instituída dos contratos de aluguéis dos imóveis e coberturas de edifícios onde as torres estão localizadas, e a Vivo assumiu o compromisso legal de realizar as transferências dos contratos de locação por cessão ou sublocação.

Até 30 de setembro de 2013, a Vivo havia viabilizado a cessão e/ou sublocação de 17 contratos de locação, sendo que a obrigação dos demais permanecia legalmente com a Vivo.

A Companhia arrenda suas Torres e *roof tops* sob arrendamentos operacionais. No final do período de relatório, os pagamentos mínimos futuros de arrendamento sob arrendamentos não canceláveis são recebíveis como segue:

	2013	2012
Menos de um ano	51.258	51.258
Entre um e cinco anos	256.290	256.290
Mais de cinco anos	205.098	243.542

21 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Torres e <i>roof tops</i>	Risco civil	5.000

22 Eventos subsequentes

a. 2ª emissão de Debentures

Em 28 de outubro de 2013 a Companhia registrou na CVM a 2ª oferta de Debentures no montante de R\$ 300.000. Tais recursos foram recebidos em 31 de outubro de 2013.

Os recursos captados na 2ª emissão foram utilizados para liquidação integral do saldo da 1ª emissão de Debentures (conforme nota 9)

b. Redução de capital

Em AGE de 29 de outubro de 2013 foi deliberado uma redução de capital da Companhia de R\$ 50.000, sem o cancelamento de ações. A efetivação da redução será registrada após o transcurso do prazo de 60 dias para oposição de credores.

* * *

Mauricio Antonio Giusti de Oliveira
Diretor Presidente

José Luís Magalhães Salazar
Diretor Financeiro

David Armand Agiman
Contador CRC 1SP188.518/O-4